



ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS: UM SÉCULO INVENTANDO TRADIÇÕES (1908-2008).

Ana Caroline Neres Castro

Graduada em História-Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão. Aluna do Curso de Mestrado em Educação/UFMA.

Resumo: Análise sobre como o grupo de literatos da Academia Maranhense de Letras forjou e usufruiu de mitos, ritos e ideologias, para justificar e legitimar, através do viés institucional, a existência desta agremiação que, na realidade, tinha como prioridade conferir aos seu integrantes o reconhecimento social.

Palavras-chave: Intelectuais. Academia. Tradição

Abstract:

Analysis of how the group of literatos, Maranhense founders of the Academy of Arts, forged and benefits of myths, rites and ideologies to justify and legitimize, through institutional bias, the existence of this agremiação that, in reality, was to give priority to its members social recognition.

Key Words: *Intellectuals. Academy. Tradition*

A Academia Maranhense de Letras está em festa. Entre publicações e eventos, já podemos acompanhar a programação especial desta instituição em comemoração ao seu centenário, mesmo que, durante a maior parte desse período, sua existência tenha sido meramente virtual.

Entre altos e baixos a Academia se mantém. Por esta razão, convém fazer algumas considerações sobre sua trajetória e contribuição na invenção da tradição literária maranhense, através da análise dos discursos proferidos no início do século XX, pelos integrantes deste sodalício.

A idéia de uma academia de letras não era novidade no início do século XX, diversos grupos de literatos, pelo país afora, desejavam estabelecer um novo padrão de sociabilidade literária, queriam destaque nos outros setores da sociedade intelectual¹. A

¹ Em 1724, nasceu em Salvador, então sede do governo geral, a Academia Brasílica dos Esquecidos, primeira sociedade brasileira destinada ao cultivo das letras e das ciências naturais. Após produzir três volumes de trabalhos literários e históricos, essa associação desapareceu antes de completar um ano. A Academia do

exemplo disso temos a fundação da Academia Brasileira de Letras, fundada em 20 de julho de 1899 com o objetivo de preservar a *pureza e o prestígio da língua portuguesa*, e também, *defender* os artistas da palavra escrita, objetivos semelhantes (em partes) ao da fundação da Academia Francesa fundada em 1635, que tinha por intenção ser um órgão regulador da língua e propunha a organização de um dicionário que tornasse a língua francesa mais *pura e eloqüente* (EL FAR, 2000, p. 31).

No Maranhão, a criação de uma academia de letras *destinava-se ao cultivo das letras pela ação coletiva ou individual dos seus membros*, que buscavam resgatar as glórias intelectuais perdidas durante o suposto *Decadentismo*².

Para os literatos maranhenses do início do século XX, urgia salvaguardar esse passado de glórias que, segundo eles, suplantava o de todas as outras províncias. Domingos Barbosa afirmava:

Somos uma terra de gramáticos...pelo menos, é assim que todos, a uma voz, nos apelidam [...] Não sei, assim de terra que tenha origem mais fidalga, nem seja mais nobre pela velha e pura linhagem da inteligência e do saber. E, desde os seus princípios até hoje – haveis de perdoar ao maranhense a imodéstia da afirmação – não sei qual possa arrolar maior número de nomes famosos do que os daqueles que entre nós têm cintilado, assim nas ciências como nas letras. (**Revista da Academia Maranhense de Letras**, 1917, p. 53).

Godofredo Viana confirmava a necessidade de *fazer deste grêmio uma sementeira de glórias legítimas*. Para ele, a iniciativa de criar uma academia de letras os tornaria *os edificadores, os obreiros, os guardas do augusto edifício*³.

Ribeiro do Amaral endossava o discurso, reforçando a idéia de que era um dever dos intelectuais daquela geração fazer reviver as glórias do passado, interrompidas pelo *Decadentismo* das *gerações anemiadas* do final do século XIX que se arrastava até aquele início de século.

Como acabais de ver, srs., somos nós, os do Maranhão, *depositários* duma grande e *preciosa herança; temos um brilhante passado a defender*.

Pois então, quando por toda a parte se manifesta um incontido desejo de acompanhar de perto o desenvolvimento intelectual dos povos cultos; quando todos os estados, como que à porfia, mantêm já as suas agremiações literárias, algumas delas muito bem organizadas, que se entregam ao estudo e aprofundado exame das doutrinas e questões literárias e científicas; quando, finalmente, assistimos,

Felizes, fundada em 1736 no Rio de Janeiro, funcionou durante quatro anos com 30 sócios. Mas suas reuniões que tratavam de **assuntos vários, assim heróicos, com líricos**, costumavam ficar suspensas por longos períodos. A Academia dos Renascidos, criada em 1759 na Bahia, tinha por objetivo fazer **renascer** a Academia dos Esquecidos. (EL FAR, 2000, pp. 55, 56).

² Na literatura clássica maranhense, esse período situado entre os anos de 1894 a 1932, foi marcado pelo “marasmo” e “letargia” na produção local, ocasionada pela ausência dos literatos que foram para outras regiões do país em busca de melhores oportunidades. Também pode ser caracterizada do pela tentativa de reação dos intelectuais que permaneceram na capital maranhense, auto-intitulados “Novos Atenienses”.

³ Revista da Academia Maranhense de Letras, 1916.

no nosso paiz, à reunião de congressos de toda sorte, não seria na verdade de lamentar-se que nos deixassemos ficar quêdos, ou que por vãs razões, contribuíssemos para que se quebrantasse o zelo dos que ainda desejam e querem trabalhar?

Por certo que não.

Foi esta a cauza que prezidiu à criação desta coletividade”. (**Revista da Academia Maranhense de Letras**, 1916, p. 6).

Seguindo a orientação intelectual do momento, numa época de fundação de instituições que “objetivavam afirmar e perpetuar suas visões de mundo” foi fundada em São Luís a Academia Maranhense de Letras em 10 de Agosto de 1908, com o propósito de desenvolver a cultura intelectual e defender as tradições literárias do Maranhão e ainda, manter um intercâmbio de idéias com os centros de atividades culturais do Brasil e do exterior (MARTINS, 2002, p. 125).

O jornal A Pacotilha de 11 de Agosto de 1908 noticiava o acontecimento:

A Academia Maranhense de Letras

Na reunião convocada para a Biblioteca Pública, ficou fundada a Academia Maranhense, de quem fazem parte, como fundadores os drs. José Ribeiro do Amaral Clodoaldo de Freitas, I. Xavier Carvalho, Barbosa de Godóis e Godofredo Viana, e Antonio Lobo, Fran Paxeco, Alfredo de Assis, Vieira da Silva, Astolfo Marques, Domingos Barbosa e Corrêa Araújo.

Para alguns autores, como Mário Meireles (1955), a Academia Maranhense de Letras foi uma transformação da Oficina dos Novos, pelo fato de alguns *operários*⁴ terem participado como membros fundadores da Academia, entre eles: Godofredo Viana, Vieira da Silva e Astolfo Marques, no entanto, Jomar Moraes, ex-presidente da AML⁵, discorda e observa que a relação destes intelectuais com a Oficina dos Novos já não ia além do *apoio e da simpatia*. Jomar Moraes faz esta afirmação baseado no registro de atividades concomitantes das entidades nos jornais da época. Um jantar de confraternização foi registrado entre as duas confrarias no Hotel Central em 15 de novembro de 1908, ou seja, as duas instituições existiram ao mesmo tempo, mesmo que por um curto período em razão do término da *Oficina*.

Convém ressaltar, que no ano de 1917, a Oficina dos Novos passou por uma reorganização e definiu como membros honorários os sócios da Academia Maranhense de Letras, outrora a ela ligados⁶. Pelo quadro de membros efetivos que àquela data

⁴ Assim eram denominados os membros da Oficina dos Novos.

⁵ Academia Maranhense de Letras.

⁶ O Jornal, 16 de fevereiro de 1917.

compunham o corpo social da Oficina, não é possível encontrar nenhum dos nomes daqueles pertencentes à Academia Maranhense de Letras.

O imóvel, localizado na Rua da Paz, nº. 84, Centro, construído para sediar a Escola de Primeiras Letras da Freguesia de N. Senhora da Vitória, sediava a Biblioteca Pública do Estado quando, no salão de leitura desse mesmo prédio às 19 horas do dia 10 de agosto de 1908, fundou-se a Academia Maranhense de Letras que tendo como nome tutelar a figura de Gonçalves Dias, foi solenemente instalada no dia sete de setembro do mesmo ano.

O Prof^o. José Ribeiro do Amaral, por força de disposição estatutária⁷, foi o primeiro presidente da Academia. Astolfo Marques foi escolhido para secretário geral e Alfredo Assis para bibliotecário-tesoureiro.

Durante muitos anos, a AML⁸ não dispôs de sede própria; por isso, as reuniões eram realizadas nas casas dos próprios acadêmicos ou em outros salões, cedidos pela Assembléia Legislativa do Estado, pelo Grêmio Littero Recreativo Português e pela Associação Comercial, entre outros.

Através do decreto nº. 92 de 19 de novembro de 1918, o Governador Urbano Santos considerou a AML de *utilidade pública*, determinando que fosse instalada no edifício a ser construído para a Biblioteca Pública e que a imprensa oficial editasse sua revista (da Academia). Porém, somente no governo de Sebastião Archer (1947-1951), depois de construída a nova sede para a Biblioteca Pública, a AML recebeu como doação do Estado – Lei nº. 320 de 03.02.1949 – o prédio que abrigou por duas vezes a Biblioteca Pública do Estado e que quarenta e dois anos antes, sediara a primeira reunião dos membros fundadores da Academia Maranhense de Letras.

A seguir, o quadro dos membros considerados fundadores da AML.

José Ribeiro do Amaral (03.05.1853 – 30. 04. 1927)

Nascido em São Luís, estudou no colégio de N. S. da Glória, do qual, depois, foi educador. Fundou o Colégio de S. Paulo e, como funcionário público, dirigiu o Liceu Maranhense e a Biblioteca Pública. Catedrático de Geografia e História, do Liceu Maranhense e membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Na Academia Maranhense de Letras, ocupou a cadeira nº. 11, patrocinada por João Francisco Lisboa.

⁷ Por ser o mais velho entre os confrades, de acordo com o artigo 15º, parágrafo 2º, do Estatuto: 'Não se obtendo maioria absoluta, far-se-á segundo escrutínio entre os dois mais votados, considerando-se eleito o que alcançar maioria relativa, ou o mais antigo no quadro dos Acadêmicos, se ocorrer empate'. (ESTATUTO E REGIMENTO INTERNO. **Academia Maranhense de Letras**. Tipografia: São José, São Luís, 1962).

⁸ Academia Maranhense de Letras.

Antônio Lobo (04. 07. 1870 – 24. 06. 1916)

Autodidata, versado em Sociologia e Biologia. Colaborador, em diversos periódicos, falou sobre política, ficção, crítica literária e ciência. Na AML, como membro fundador, ocupou a cadeira nº. 14 patroneada por Nina Rodrigues. Foi professor da Escola Normal e do Seminário das Mercês. Dirigiu o Liceu Maranhense, a Instrução Pública e a Biblioteca Pública.

Inácio Xavier de Carvalho (26. 08. 1871 – 17. 05. 1944)

Bacharel em Direito, pela Faculdade de Recife, foi Juiz Substituto Federal no Maranhão; magistrado, jornalista e poeta. Na AML, ocupou a cadeira nº. 09, patrocinada por Gonçalves Dias. Com a ampliação do quadro de membros, tornou-se patrono da cadeira nº. 37.

Domingos Barbosa (28. 11. 1880 – 26 12. 1946)

Nascido em São Luís, foi jornalista, contista, dirigiu a Imprensa Oficial, foi Secretário de Estado no Maranhão e deputado estadual. Foi membro fundador da AML e seu secretário; inaugurou a cadeira nº. 2 sob patrocínio de Aluísio Azevedo.

Fran Paxeco (09. 03. 1874 – 17. 09. 1952)

Português de origem, chegou ao Maranhão em 1900. Jornalista, professor, historiógrafo, geógrafo, orador e diplomata. Foi lente do Liceu Maranhense, professor *Honoris Causa* da antiga Faculdade de Direito do Maranhão.

A serviço do seu país foi cônsul no Maranhão e Pará, no Brasil, e Cardiff e Liverpool, na Inglaterra, e Secretário da Presidência da República e da Comissão de Fomento da Exploração Portuguesa. No Brasil, além de sócio correspondente e membro de várias instituições culturais, fez parte do grupo fundador da AML, ocupando a cadeira nº. 05, sob o patronato de Celso Magalhães.

Barbosa de Godóis (10. 11. 1860 - 04. 09. 1923)

Graduado em Direito, pela Faculdade de Recife, foi Procurador da Justiça Federal no Maranhão e também se dedicou ao magistério. Foi professor da Escola Modelo e da Escola Normal do Estado. Na AML, escolheu a cadeira nº. 01, patroneada por Almeida Oliveira.

Raul Astolfo Marques (11. 04. 1876 – 20. 05. 1918).

Nascido em São Luís, foi jornalista e tradutor, contista e ensaísta. De origem humilde, iniciou sua carreira trabalhando na Biblioteca Pública como servente. Diz-se dele, que “lutou bravamente nos começos para galgar uma posição de destaque na vida

social e literária de sua terra”. Juntamente com Antônio Lobo, fundou a *Oficina dos Novos* e posteriormente a AML, onde ocupou a cadeira nº. 10, sob o patrocínio de Henriques Leal.

Alfredo de Assis (14.01. 1881 – 29. 12. 1977).

Bacharel em Direito, foi desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, filólogo, crítico, poeta, jornalista e professor. No magistério, foi Catedrático de Português e Literatura, na Escola Nacional do Maranhão e Diretor do Liceu Maranhense. Na administração pública, foi Diretor da Biblioteca Pública do Estado e secretário geral do Estado. Membro fundador da AML inaugurou a Cadeira nº. 07, patrocinada por Gentil Braga.

Correia de Araújo (29. 05. 1885 – 24. 08. 1951)

Nascido na cidade de Pedreiras, formou-se em Direito, pela Faculdade do Maranhão e foi lente de Sociologia e História Universal no Liceu Maranhense. Dirigiu a Biblioteca Pública do Estado; foi jornalista e poeta. Na AML, preferiu a cadeira nº. 16, patrocinada por Raimundo Correia.

Clodoaldo Freitas (07. 08. 1855 – 29. 06. 1924)

Natural do Piauí, foi poeta, historiógrafo e ensaísta. Era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Membro efetivo das Academias de Letras do Piauí e do Maranhão, ocupando, nesta última, a cadeira nº. 18, sob o patrocínio de Sousândrade.

Em 1916, Clodoaldo Freitas passou, de membro efetivo, para sócio correspondente da AML.

Godofredo Viana (14. 07. 1878 – 12. 08. 1944)

Nascido em São Luís, formou-se em Direito pela Faculdade da Bahia e exerceu o Ministério Público no Maranhão. Professor de Direito do Maranhão, foi Deputado Estadual e Federal. Eleito governador (1922 – 1926), dedicou-se, nos últimos anos da sua vida, à ficção. Na AML, fundou a cadeira nº. 05, patrocinada por Odorico Mendes.

Vieira da Silva (30. 08. 1887 – 09. 10. 1940)

Bacharel em Direito, foi Procurador Regional da República no Maranhão; foi oficial do gabinete de Governo do Maranhão e diretor da Imprensa Oficial. Escritor e poeta. Sócio efetivo da AML, nela inaugurou a cadeira nº. 08, patrocinada por Gomes de Sousa.

Entre o grupo de sócios, eleitos a partir de 1916, também considerados membros fundadores, temos geógrafos, historiadores, juristas, médicos e políticos. O caráter literário

das obras produzidas, tanto quanto o caráter intelectual dos membros. Discursos, trabalhos sobre geografia, medicina, contos infantis, poesia, romance, trabalhos jurídicos, entre outros.

Este grupo de homens versados nas letras, somado a outros da época, compôs, no início do século XX, um movimento intelectual autodenominado *Novos Atenienses*, posteriormente, considerados a terceira fase da literatura maranhense.

1. O poder/saber: uma faceta do poder/cultura

Foucault criou o termo *Tecnologias de Poder*. Para ele, o poder nem sempre age apenas por meio da violência, mas também cria *verdades* que funcionam como legitimação do poder. Foucault acreditava que, por meio do estudo do discurso, o historiador poderá descobrir o momento em que novas tecnologias de poder são introduzidas. Patrícia O'Brian (2001) afirma que, para cada discurso, texto ou evento, Foucault colocava a mesma pergunta: *Onde está o poder nesse conhecimento?*

Partindo desse pressuposto apontado por Foucault, analisaremos, de forma geral, o discurso decadentista dos *Novos Atenienses*, investigando, não apenas as tecnologias de poder introduzidas na linguagem desses intelectuais, como também o efeito produzido.

Através do estudo do discurso desses intelectuais, buscar-se-á a identificação das estratégias através das quais os homens de letras da AML impuseram uma ortodoxia, uma espécie de leitura autorizada daquela época, impedindo novas abordagens ou interpretações diferentes daquele período.

Em *História e Teoria Social* Peter Burke (2002) destaca a necessidade de, no estudo do discurso, levar em conta, não apenas as mensagens e os emissores, mas também os *canais, códigos e cenários*.

Chartier (2001, p. 154) avança que “o significado da mensagem depende não (ou não somente) das intenções do indivíduo que a transmite, mas das regras que constituem o código, ou em outras palavras, sua estrutura”.

Os *Novos Atenienses*, sócios da AML, encontravam nas reuniões da Academia, a situação mais favorável para a exposição dos *canais* – linguagem (discursos); *códigos* – forma de linguagem: falsa modéstia e linguagem erudita, estrangeirismos, invenção da tradição literária; e do *cenário* – solenidades e *decadentismo*.

2. Canais / Discursos.

Discursos proferidos nas solenidades públicas ou escritos no órgão impresso da Academia foram os principais meios de comunicação entre os intelectuais da AML e a sociedade. Chartier (2001, p. 214) afirma que o discurso é uma das principais estratégias utilizadas quando se quer legitimar uma *verdade*, de forma explícita ou implícita, “Transformado o texto num mecanismo que deve, necessariamente, impor uma compreensão considerada legítima”.

O autor citado, avança que a maioria dos textos tenta, abertamente, omitir sua própria condição de discurso, buscando, dessa forma, produzir em nível prático, comportamentos ou práticas que sejam considerados legítimos ou úteis. Porém, ele afirma que

[...] as apropriações culturais também nos permitem ver que os textos ou as palavras destinadas a configurar pensamentos e ações nunca são inteiramente eficazes e radicalmente aculturados. As práticas de apropriação sempre criam usos ou representações redutíveis aos desejos ou às intenções daqueles que produzem os discursos e as normas. (CHARTIER, 2001, pp. 133, 134).

A seguir, faremos uma breve análise de algumas estratégias utilizadas pelos intelectuais da AML, em seus discursos, proferidos em solenidades públicas, na presença da alta sociedade e de autoridades, onde buscavam alcançar o prestígio e a legitimação da Academia.

2.1. Falsa modéstia / Vernáculo.

O estudo dos discursos desses intelectuais, registrados nas revistas da Academia, nos permitiu-nos perceber que sua estrutura segue, quase que invariavelmente, o mesmo modelo: introdução, exprimindo uma modéstia exagerada, cooptando assim a simpatia do público, linguagem extremamente rebuscada, denotando a erudição dos sócios e diferenciando-os do restante da população, utilização de uma segunda língua que geralmente era o latim ou o francês, tudo isso somado à louvação do passado em detrimento do presente “decadente”, que os conclamava (os acadêmicos) ao soerguimento cultural, justificando a existência daquela instituição.

Vejamos alguns exemplos da “modéstia” com que sempre iniciavam suas falas públicas:

Minhas senhoras

Meus senhores

A' nímia bondade dos srs. Membros da Academia Maranhense, elegendo-me para tão elevado posto, devo a súbita honra de vos dirigir a palavra neste momento.

E, já que assim o quiseram, começarei confessando toda a nossa maior gratidão – deles e minha, — a vós que, atendendo ao convite, vos dignastes de concorrer a tão modesta festa literária, emprestando-lhe, com a vossa presença, um desuzado brilho. Penhora-nos tamanha gentileza. (**Revista da Academia Maranhense de Letras**, 1916, p. 5)

Referindo-se a Cândido Mendes, a quem escolhera como patrono, Justo Jansen disse:

[...] Para descrever todas as feições com que ele se manifestou, a mim me falta competência. Para não deixar no olvido tantas jóias com que dotou as nossas letras, escasseia-me o fulgor do talento, o primor do estilo e a grandeza da erudição. Animando-me a tratar de algumas modalidades de tão alto engenho, ampara-me a convicção de que a superioridade dos seus lavrores suprirá, eficientemente, a carência do meu saber e a deficiência da minha linguagem [...]. (**Revista da Academia Maranhense de Letras**, 1916, p. 7).

Em outros fragmentos, encontramos:

Meus senhores
Mulheres da minha terra
Minhas crianças

O império dos estatutos da Academia é que responde pela minha presença aqui. De outra forma, não se explicaria tanta falta de luz, nesta sessão, luz que só a palavra de Domingos Barboza, nas suas rutilâncias mágicas, ou a erudição de qualquer outro dos meus pares, poderia trazer”. (**Revista da Academia Maranhense de Letras**, 1917p. 60).

[...] meus senhores, não quero ocupar a vossa atenção por mais tempo. Seria fatigar-vos. Sinto que as minhas poucas luzes e os meus sofrimentos façam de pouco valor o auxílio que posso prestar a esta corporação, que contém em si tão grande espoente intelectual. Só me resta agradecer-vos a minha ecolha. E crede que, no que depender de mim, farei para me não distanciar muito de vós. (**Revista da Academia Maranhense de Letras**, 1916, p. 26)

É interessante notar como a modéstia dos discursos contrastava com os rasgos de elogios proferidos de uns para os outros, numa lógica que funcionava assim: o sócio que assumia o posto se desmerecia e exaltava os companheiros, em contrapartida recebia louvores dos confrades que o recebia, o que resultava numa intensa troca de simpatias que elevava o *status* intelectual de cada um.

Celebra a Academia Maranhense, neste instante, a sua primeira sessão solene [...] para receber no seu seio o sr. Dr. Justo Janen Ferreira.

[...] Oriundo de uma das mais notáveis e tradicionais famílias desta terra [...]

Ninguém, portanto, mais digno da honroza investidura que vai receber agora, e, em compensação, também nada de mais auspiciozo para esta Academia do que a aquisição que acaba de fazer de um homem do valor intelectual e moral do novo acadêmico”. (**Revista da Academia Maranhense de Letras**, 1916, p. 6)

Não sei que mais vos agradeça; se a honra que me conferis, elegendo-me para esta excelsa missão, se o ensejo que dadivozamente me proporcionais de prestar desta tribuna [...] a homenagem ao mestre ilustre, que transpõe hoje os umbrais desta Academia, inundando-a com o brilho do seu talento e enobrecendo-a com o prestígio do seu nome e da sua fama. Prestígio escoimado dos rumores da inveja; fama já serena pela superioridade do seu quilate [...]. (**Revista da Academia Maranhense de Letras**, 1916 p. 12).

Meus senhores

Subida é a honra de me sentar entre vós.

Aqui encontro José Ribeiro do Amaral, esse educador emérito, paciente bibliógrafo e profundo historiador das coizas da pátria; o dr. Godofredo Viana, juiz que honraria a própria Inglaterra, quer pelo seu saber jurídico e literário, quer pela inteireza do seu caráter de magistrado; o dr. Justo jansen Ferreira, grande clínico e geógrafo de provada erudição; o dr. Alfredo de Assis, jornalista, poeta, orador e burilador da formosa língua de João Lisboa, que ele cultiva com competência tal que ninguém o poderá esceder; Fran Paxeco, essa inteligência de escol, esse erudito, esse grande vulto literário; Luzo Torres, essa fôça ativa, esse estilista, esse homem superior, que nunca se curvou senão à virtude e à justiça; Domingos Barboza, que, como jornalista, é o nosso segundo Timon, como orador, um êmulo de Antonio Lobo; Inácio Carvalho, Corrêa de Araújo e Vieira da Silva, esses poetas que sabem honrar a terra de Gonçalves Dias; Astolfo Marques, que tem ilustrado as letras pátrias e moureja, com pena diamantina, no nosso jornalismo; o dr. Barboza de Godóis, cujos serviços à instrução pública são de alto valor [...]. (**Revista da Academia Maranhense de Letras**, 1916, p. 22).

2.1.2. Estrangeirismos

Agora veremos exemplos de utilização da linguagem estrangeira em discursos públicos como mecanismo de diferenciação e como uma faceta do poder.

[...] Não nos desonra a sombra que se espessa em torno de nós. Notabilita-nos o esforço que fazemos para vencê-la.

Car sais-tu qui vaut de vivre uniquement?

L'effort! Qui rend sacré l'être le plus infime"⁹. (**Revista da Academia Maranhense de Letras**, 1916, p. 15)

[...] Ela era, enfim, o contemplativo da Vizão de Brama, um romântico, substituindo a todas as paixões a paixão absoluta do Ideal, que lhe inspirava estas palavras como vidas:

Dors! Ó Blanche victime, em notre âme profonde

Dans ton lenceul de vierge et ceint de lotos...

Dors! L'impure laideur est la reine du monde

Et nous avons perdu le chemin de Pharos...¹⁰

(**Revista da Academia Maranhense de Letras**, 1917, p. 29)

Burke afirma (2002, p. 135) que “a linguagem é, como o consumo, um meio utilizado por alguns grupos sociais para se distinguirem dos outros”.

A estratégia de utilizar uma segunda língua nos discursos era muito comum entre os intelectuais e se tornava importante, no sentido de diferenciá-los das outras camadas sociais, causando grande impressão no público. Com o passar do tempo, essas cerimônias tornaram-se cada vez mais solenes, salientando sua importância social. Isto pode ser observado nesta notícia do jornal O Postal de 23 de janeiro de 1919

⁹ Porque sabe que vale de viver unicamente?

O esforço! Quem torna consagrado ser-o mais ínfima”.

¹⁰ Durma! Ó Branca vítima, Estados-Membros a nossa alma profunda

no teu lençol de virgem e cinto de lotos...

Durma! A impura fealdade é a rainha do mundo

e temos perdido o caminho Paros...

Academia Maranhense

Em sessão solene, effectuada em II do corrente, no salão de honra do congresso Estadual, foi recebido pelo brilhante litterato Domingos Barboza, o acadêmico snr. Dr. Almeida Nunes.

A essa bella reunião compareceu todo o mundo official exmas. senhoras, graciosas senhorinhas e cavalheiros da nossa fina flor social [...].

2.1.3. Construção da memória: Invenção da tradição literária

Talvez a maior particularidade dessa instituição que buscava afirmação social, tenha sido a oficialização de uma história da literatura maranhense e com ela a construção de um passado para as nossas letras, elaborando uma história oficial das obras e dos autores mais importantes do Estado.

[...] No próprio culto que rendemos aos nomes dos que nos engrandeceram e nobilitaram os dias idos, não vizâmos somente a homenagem que o dever nos reclama de cada um de nós, e a todos nos ordena. Evocâmo-los tanto para maior glória sua como para exemplo aos de hoje, de modo que possamos bem preparar os dias de amanhã. (**Revista da Academia Maranhense de Letras**, 1917, p. 37).

Para tanto, além de reunir dados biográficos e literários, adotaram patronos para cada uma das cadeiras da Academia. Esses patronos deviam ser intelectuais maranhenses, já falecidos que marcaram a história literária do Estado, ou seja, na ausência de um passado literário estruturado, organizar-se-ia uma genealogia elevando alguns nomes para que formassem, de repente, o capital simbólico da instituição.

[...] Sem história, não pode haver tradição, nem nacionalidade, assim como sem memória não pode haver individualidade. [...] esse movimento, porém, limitar-se-á a um surto de imperialismo ou de militarista, se não for inspirado, idealizado pelo culto das glórias [...]. (**Revista da Academia Maranhense de Letras**, 1916-1919, p. 101).

Ao organizar o passado, até então espalhado, os literatos forjaram uma *história oficial*, uma memória literária que veio corroborar aquela instituição que “nascia cheia de tradição”.

A prática estava prevista nos art. 10 e 11 do estatuto, que diziam:

Art. 10. – Cada uma das vinte cadeiras de membros efectivos terá um patrono, escolhido, pelo membro efectivo que primeiro a ocupar, entre os literatos maranhenses já estintos, sujeita essa escolha à aprovação da Academia.

Art. 11. – Todo o membro efectivo é obrigado a fazer o estudo crítico da obra do patrono da sua cadeira, devendo os empossados fazê-lo em sessão magna, previamente marcada pela Academia, e, na ocasião da solenidade da sua posse, os que daqui por diante forem eleitos.

Os escolhidos para as vagas que se forem abrindo, depois de completo o quadro dos efectivos, estudarão, por sua vez, a obra literária do seu antecessor”. (**Revista da Academia Maranhense de Letras**, 1916-1918, p. 4).

Ao conferir a determinados literatos o *status* de patrono da Academia, os fundadores estavam, instituindo um passado de glórias da literatura local, que era reafirmado de tempos em tempos através de rituais.

O acadêmico que tomava posse, obrigatoriamente, teria que fazer um discurso de homenagem ao patrono e aos antecessores da cadeira para a qual fora eleito, por fim um membro designado anteriormente ficava responsável pelas boas-vindas ao novo sócio.

É interessante notar que, com essa prática de eleger patronos, os intelectuais determinavam quais literatos eram dignos de eternização, podendo, dessa forma, eleger os próprios pares já falecidos, tornando-os imortais e elevando ao posto dos grandes nomes da terra. Assim, os acadêmicos da AML, entravam para o rol dos grandes intelectuais.

O caso mais sintomático é o de Maranhão Sobrinho¹¹. Apesar de ser filho de uma rica família do interior do Estado, Maranhão Sobrinho levou uma vida boêmia e morreu ainda muito jovem, aos trinta e seis anos e sem nenhum reconhecimento, a não ao fato de ter sido membro fundador da AML. Mário Meireles (1955), ao escrever o *Panorama da Literatura Maranhense*, afirma não haver a inclusão do nome de Maranhão Sobrinho nos nenhum dos compêndios de Literatura Nacional. Por meio da AML, Maranhão Sobrinho teve seu nome imortalizado, quando, após sua morte, foi escolhido patrono da cadeira nº. 21, fundada por Raimundo Lopes e veementemente defendida por Domingos Barbosa.

[...] Como que a compensar, porém, incide, ao mesmo tempo um raio consolador de bondade, a espalhar benéfica luz reparadora, melhor aclarando a memória de tão alto poeta e artista tão fidalgo, e que o grosso das turbas queria quase que apenas ver o **boémio descuido** que por ele passava, indiferente e incompreendido, a tanger a sua lira de oiro, sem atentar nos ranídeos que coaxavam na vaza, nem nos ninhos que meigamente se calavam para o ouvir...

A'queles talvez pareça algo estranho que, num lugar de estudo e de recolhimento, como deve ser este nosso, se inscreva o nome de um vate notámbulo, de um revoltado **contra um sem-número de para ele prementes convenções sociais**, no alto de um muro que ele aliás ajudou eficazmente a erguer.

Estes, porém, os que integralmente o compreenderam e deleitosamente o escutaram, olharão sempre para ali com a vaga unção, quase religioza [...]. (*Revista da Academia Maranhense de Letras*, 1917, p.p 38, 39).

Em 1921, cinco anos após a sua morte, o nome de Maranhão Sobrinho já fazia parte de uma lista de homens ilustres do Maranhão, organizada pela entidade *Legião Ateniense*. A lista foi divulgada no jornal pertencente a este clube literário. E não só Maranhão

¹¹ Apesar de não constar entre os doze intelectuais que efetivamente fundaram a Academia Maranhense de Letras, Maranhão Sobrinho foi oficialmente considerado membro fundador na reforma dos estatutos desta agremiação no ano de 1916.

Sobrinho ocupava um lugar na lista como também José Augusto Correia, Antônio Lobo, Astolfo Marques e Antonio Costa Gomes.

Posteriormente, com o aumento do número de cadeiras, nomes como Antonio Lobo, Raimundo Lopes e I. Xavier de Carvalho também se tornaram patronos.

Os outros que não se tornaram patronos passaram a ter suas obras lembradas por seus sucessores.

No intuito de construir esse passado literário, outro método utilizado pelos acadêmicos foi o cultivo da memória por meio de fotografias, pertences, monumentos e, especialmente, sessões comemorativas abertas ao público.

Entre 1916 e 1918, houve intensa movimentação no sentido de traçar uma memória literária para o Estado. As principais medidas tomadas foram:

- Inauguração da estátua de João Lisboa e confecção de uma obra literária sobre a vida do jornalista;
- Reimpressão de inéditos de Sotero dos Reis e de trabalhos de Nina Rodrigues;
- Comemoração do primeiro centenário do nascimento de Cândido Mendes;
- Estudos realizados em sessões públicas sobre Celso Magalhães e Gonçalves Dias;
- Discursos homenageando Sotero dos Reis, Maranhão Sobrinho, Almeida Oliveira;
- Autorização do Congresso Estadual para publicação da *Seleta Maranhense* de Astolfo Marques;

Na visão de Martins (2002, p. 98),

[...] o problema fundamental para esses novos atenienses era dar conta da montagem dessa trajetória intelectual. Com efeito, remontar uma continuidade das teias evolutivas da produção intelectual maranhense não indicava constituir-se uma tarefa cuja consecução fosse produzida pelo voluntarismo evidente na postura de muitos desses intelectuais. Ao contrário, definir as linhas mestras da formação cultural do Maranhão significava identificar com clareza meridiana *a ausência de vida cultural orgânica* (ARANTES, 1997, p. 17), *a falta de seriação de idéias, a ausência de uma genética*.(ANDRADE Apud SODRE, 1984, p. 65).

As ações da AML ficaram restritas a atos de civismo e sessões, que aconteciam com um largo espaço de tempo. Em relação ao civismo, a Academia fez questão de manter a data de fundação no dia 8 de agosto de 1908, que coincidia com o aniversário de Gonçalves Dias, apesar de não ter sido verificada qualquer atividade promovida pela AML a partir dessa data, além da instalação solene que ocorreu no dia 7 de setembro, data da Independência do Brasil.

A relação das instituições com o passado, o culto aos *grandes nomes* era a saída mais favorável para instituições como a AML, que não elaboraram, em seus programas, medidas efetivas de combate às questões relevantes que impediam o progresso mental do Estado. Um artigo escrito no jornal A Palavra, de 25 de setembro de 1909, denuncia essa realidade:

[...] A nossa pobreza intellectual é presentemente tão extrema, que todas essas manifestações penosas da nossa decadência, tão leves e nullas, têm merecido alto conceito e elogios, como jamais obtiveram produções de Gonçalves Dias, de João Lisboa, de Gentil Braga e de Celso Magalhães dos seus conterrâneos, que acostumados no meio luxuriante de uma riqueza litteraria, que ainda hoje é a nossa gloria e o nosso orgulho, não viam motivo para apothosarem aquillo que era commum ou quase vulgar [...]

Entretanto, como estamos na época das sepulturas caídas de que fala o Evangelho, não falta quem apregoe *urbe et que* a nossa litteratura actual é pujante e viridente, rica e variada e hoje mais do que nunca o Maranhão merece o nome de Athenas.

Triste Sarcasmo! [...].

A Academia Maranhense de Letras não foi uma exceção à regra. Não podemos deixar de observar que o período republicano, em sua primeira fase, conhecida como República Velha, foi fecundo, no surgimento de instituições que abrigavam intelectuais e homens atrelados a alguma forma de poder. Sobre os *Novos Atenienses*, Martins, (2002, p. 126) afirma que

[...] Em comparação aos intelectuais maranhenses da metade do século XIX, os novos atenienses distinguiram-se deles justamente por constituírem um patrimônio institucional jamais visto no Maranhão, voltado para dar sustentação à obra de resgatar o passado mitológico. Um monumento devotado a esse passado identificado como glorioso e imperecível, era essa a função que devia cumprir o acervo institucional criado entre 1890 e 1930, além de atender a interesses hodiernos orientados para o atendimento de demandas supervenientes.

O modernismo dos anos 20 talvez tenha sido o golpe fatal na difícil sobrevivência das academias. As novidades do movimento traziam consigo a contestação de tudo aquilo que se impunha como *tradição*. A Academia de Letras tornou-se um alvo fácil para onde Graça Aranha, abandonando a defesa da instituição que ajudara a erguer, desferiu os primeiros golpes, em tom de desabafo.

A fundação da Academia foi um equívoco e foi um erro. No sentido em que comumente se entende ser uma academia, é esta um corpo de homens ilustres nas ciências, nas letras, nas artes, consagrados pelo talento e trabalhos, sumidades espirituais de uma cultura coletiva. As academias são destinadas a zelar por tradições e supõem um povo culto, de que são os expoentes. Diante deste conceito, a Academia Brasileira foi um equívoco. Somos um povo inculto, sem tradições literárias ou artísticas, ou pelo menos de tradições mediócras, que seria melhor se apagassem. O fato de haver raros escritores ou artistas de primeira ordem não forma uma tradição. E é ridículo supor que as tradições são criadas pelas academias. A tradição não é um artifício. Vem do inconsciente coletivo e se tem força para impor-se no curso do tempo, viverá a despeito das academias. O equívoco permaneceu, porque geralmente se imagina que um país de academias literárias alimenta-se de um vasto manancial de produção, que é preciso reger e disciplinar. No Brasil não existe tal produção. A Academia está no

vácuo. Não tem função a exercer, segundo a tradição acadêmica. E se tem a função de regulamentar a inteligência e criar o academicismo, ela é funesta. Foi o seu erro inicial”. (ARANHA, 1909, pp. 751-55 apud El FAR, 2000, p. 127).

Graça Aranha aponta para o fato de que as Academias de Letras no Brasil não têm função. Peter Burke (2002, p. 146) aventa que o termo *função* “pode muito bem passar por um conceito inofensivo, implicando apenas que as instituições têm os seus usos e aplicações”.

Os funcionalistas defendem a existência das instituições, baseados no argumento de que elas contribuem para o equilíbrio social, porém Burke afirma que, ao acreditarmos que todas as instituições de uma determinada sociedade possuem uma função positiva, incorremos em custos, que ele chama de disfunções. Afirma ainda que “não há necessidade de se agarrar ao pressuposto de que determinada instituição é imprescindível ao desempenho desta ou daquela função”. (BURKE, 2002, pp. 146-153).

Preocupados em assegurar seu espaço no disputado mercado intelectual, e garantir seu *status* perante a elite local, esses intelectuais estiveram muito mais ocupados em garantir regalias e aproximar-se do poder local, do que em trabalhar em prol do que se haviam proposto e que justificava a existência daquela instituição.

Jomar Morais (1981, pp. 60, 61), ex-presidente da Academia, confirma essa realidade, ao afirmar que, até hoje “alguns de seus integrantes aqui poucas vezes compareceram depois da sessão da posse, em que se armaram de colar e diploma”. Ele completa dizendo que esse, entre outros fatores, como a morte de alguns membros, seriam motivos suficientes para interromper o curso da história dessa instituição, “fossem elas o resultado ou a expressão da vontade de um grupo, e não o símbolo da inteligência e da cultura de um povo”.

O argumento, acima exposto, conduz à divergência. Se a Academia representasse a cultura e a inteligência do Maranhão, há muito teria deixado de existir, uma vez que este Estado comanda as tristes estatísticas de pobreza e analfabetismo de todo o país. A Academia sobrevive, justamente, por estar alheia a tudo isso e por ser a expressão de um pequeno grupo que ainda utiliza a imagem da instituição para garantir privilégios e distinção do resto da sociedade.

A análise das características daqueles que almejavam destaque no cenário literário leva a dois grupos distintos. Para os intelectuais das classes menos abastadas, percebemos que a criação de uma instituição como a Academia de Letras, favorece o aparecimento

desses escritores entre as classes mais altas da sociedade e, conseqüentemente, lhes confere maior estabilidade financeira. Para os escritores, nas horas vagas que se dedicavam a outras carreiras profissionais e que já eram membros da elite local, ser sócio da Academia conferia o status de *Homens de Letras*.

Com base nestas considerações, percebemos como a fomentação do *Decadentismo*, pelos sócios da Academia, foi importante para justificar, não só a sua existência, como também a permanência da instituição, que não possuía qualquer utilidade para a sociedade, além de promover socialmente os seus membros.

Isto foi verificado pela ausência de medidas efetivas que marcassem a atuação da AML, tanto nas esferas educacional, quanto cultural. Em suma, a Academia deixou sua marca na história cultural do Maranhão, pelo seu completo distanciamento das questões mais relevantes, ficando presa a um *passado de glórias*. Marcou, também, pela quase completa ausência de vida, dando sinais de sua existência apenas através das reuniões dos sócios – dos poucos que a freqüentavam – e de sessões solenes, esporádicas, que serviam muito mais para demonstrações explosivas de ufanismo do que, de fato, para contribuir com a cultura local.

REFERÊNCIAS

ANTOLOGIA da Academia Maranhense de Letras (1908 – 1958). **Publicação Comemorativa do Cinquentenário de Fundação da Academia**. São Luís, 1958.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão**. 2000. B737t. Dissertação (Mestrado em História). UNESP – Assis-SP.

_____. **A invenção das tradições**. Revista Outros Tempos, 2002.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CORRÊA, Rossini. **O Modernismo no Maranhão**. Brasília: Corrêa e Corrêa Editores, 1989.

CHARTIER, Roger. **Textos, impressões, leituras**. In: HUNNT, Lynn (org). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

EL FAR, Alessandra. **A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897 – 1924)**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LACROIX, Maria de Lourdes. **A fundação Francesa de São Luís e seus Mitos**. 2ª ed. rev. e ampliada – São Luís: Lithograf, 2002.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros Martins. **Operários da Saudade: os novos atenienses e a invenção do Maranhão**. – São Luís: Edufma, 2006.

MEIRELES, Mário Martins. **Panorama da Literatura Maranhense**. São Luís: Imprensa Oficial, 1955.

MORAIS, Jomar. **Palestra comemorativa do 73º aniversário de fundação da Academia**. Academia Maranhense de letras, São Luís, Vol. XIX, Ago. 1981.

_____. **Perfis Acadêmicos; pesq. e textos de Jomar Moraes**. 4ª edição. São Luís: Edições AML, 1999.

_____. **Apontamentos de Literatura Maranhense**. São Luís: SIOGE, 1976.

O'BRIAN, Patrícia. **A história da cultura de Michel Foucault**. In: HUNNT, Lynn (org). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

•

• PERIÓDICOS

Revista da Academia Maranhense de Letras (1916 – 1918). São Luis: Imprensa Oficial, 1919.

Pacotilha (1908)

A Palavra (1909)

O Jornal (1917)

O Postal (1919)